

EXPLORANDO A INTERSEÇÃO ENTRE REGIONALISMO E POLÍTICA EXTERNA NO TERCEIRO MUNDO

EXPLORING THE INTERSECTION BETWEEN REGIONALISM AND FOREIGN POLICY IN THE THIRD WORLD

Nicole Vanderléia Oliveira da Silva ¹

RESUMO O presente trabalho de conclusão da disciplina de política externa e regionalismos aborda a interdependência entre regionalismo e política externa nos países de terceiro mundo, sendo esse um tema complexo e crucial no contexto global contemporâneo. A interação entre esses conceitos desempenha um papel crucial na manutenção da paz e da estabilidade em diferentes regiões do mundo. Busca-se verificar como os estados estão promovendo o em suas respectivas regiões; este artigo busca ainda analisar criticamente a dinâmica desses elementos, considerando sua influência e importância no cenário geopolítico atual, bem como o cosmopolitismo e nacionalismo, entre globalistas e patriotas interferem amplamente no regionalismo, latino-americano e caribenho articulado, onde a colaboração e a integração se tornam benefícios fortalecedores das regiões e tenha um impacto favorável em cada nação latino-americana, reforçando as respectivas políticas.

Palavras-chave: Regionalismo; Política Externa; Acordos; e Regiões.

¹ Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA); Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; E-mail: ivanicole@outlook.com.

ABSTRACT: This final work for the subject of foreign policy and regionalism addresses the interdependence between regionalism and foreign policy in third world countries, which is a complex and crucial topic in the contemporary global context. The interaction between these concepts plays a crucial role in maintaining peace and stability in different regions of the world. The aim is to verify how states are promoting it in their respective regions; This article also seeks to critically analyze the dynamics of these elements, considering their influence and importance in the current geopolitical scenario, as well as cosmopolitanism and nationalism, between globalists and patriots, widely interfering in articulated regionalism, Latin American and Caribbean, where collaboration and integration become strengthening benefits for the regions and have a favorable impact on each Latin American nation, reinforcing their respective policies.

Keywords: Regionalism; Foreign policy; Agreements; and Regions.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Acordos multilaterais entre países vizinhos têm o potencial de reduzir as tensões e fortalecer a confiança mútua, criando um ambiente propício para o acréscimo e a colaboração regional duradoura. A adesão a acordos de desarmamento não apenas fortalece a reputação de um país como defensor da paz, mas também pode servir como um catalisador para relações diplomáticas mais sólidas e duradouras entre as nações.

A participação ativa em tratados internacionais de desarmamento é um componente essencial da diplomacia de muitos Estados, refletindo seu compromisso com a paz e a segurança global. Este estudo crítico analisa a interseção entre regionalismo, política externa e desarmamento, examinando os desafios enfrentados, as implicações políticas e sua não institucionalização da participação política que se traduz-se em falta de abertura para a captação de valores e reivindicações por meio de uma pluralidade de canais; e os caminhos para avançar em direção a um mundo mais pacífico e igualitário.

No primeiro capítulo deste artigo, trato do surgimento do regionalismo no terceiro mundo e sua relação com a política internacional, caracterizando-o pela cooperação e integração entre países de uma determinada região geográfica. Este fenômeno desempenha um papel significativo na formulação da políticas exteriores de uma nação, influenciando suas relações com outras regiões, os regionalismos na vida do comércio internacional, vêm minando o espaço de cooperação multilateral da OMC.

O capítulo segundo explana sobre o impacto do regionalismo no desarmamento através de acordos regionais de desarmamento e controle de batalhas. Mostra como os Estados podem reduzir as tensões e promover a confiança mútua, apresentando exemplos de experiências positivas de desarmamento que demonstram como o regionalismo pode ser um catalisador para a redução de conflitos e a construção de um ambiente pacífico.

O capítulo três, intitulado " exterior e o papel do regionalismo na diplomacia", aborda como a política internacional de um Estado muitas vezes é moldada pelo compromisso com o desarmamento e a fiscalização de armas. Destaca como a participação ativa em tratados e iniciativas internacionais de desarmamento pode fortalecer a figura de um país como defensor da paz e da segurança global.

No quarto capítulo, aprofundo o tema dos desafios e perspectivas futuras. Apesar dos avanços significativos no campo do regionalismo, política externa e desarmamento, existem desafios persistentes que precisam ser abordados. A falta de adesão universal a acordos de desarmamento e a persistência de conflitos regionais representam obstáculos significativos para a promoção da paz e da estabilidade.

O capítulo cinco trata das conclusões, não sendo por isso menos importante ou relevante. Nele, concluo o texto, abordando brevemente uma visão abrangente sobre a interconexão entre regionalismo, política externa e desarmamento. Destaco a importância desses elementos na construção de um mundo mais pacífico e seguro, ressaltando a necessidade contínua de esforços colaborativos e comprometidos entre as nações para enfrentar os desafios em busca de um futuro mais harmonioso.

2. O SURGIMENTO DO REGIONALISMO E DA POLÍTICA NO TERCEIRO MUNDO

Poder-se -ia dizer, acompanhando Karl W. Deutsch, que política é o setor que guia a sociedade e diz respeito ao seu esforço organizado de modificar a probabilidade dos resultados, neste sentido, a política é sempre o estudo do poder, mas é, especificamente, o estudo da autoridade de uma sociedade sobre seu próprio destino. Para compreender as nuances e complexidades do regionalismo no Terceiro Mundo, é crucial examinar as diversas perspectivas teóricas e pragmáticas que moldam esses fenômenos.

As críticas pós-positivistas têm ressaltado a necessidade de transcender as narrativas unilineares que caracterizam as abordagens convencionais das Relações Internacionais (RI).

Estas críticas apontam para o silenciamento e marginalização inerentes ao conhecimento predominante, reforçando estruturas de poder internacionais. Do denominado

Terceiro Mundo fazem parte desse grupo os países que possuem uma economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento, geralmente nações localizadas na América Latina (Esta parece ser a situação que enfrenta no momento, por exemplo, a ALALC, de maneira que convém fazer alguma referência às modalidades pelas quais se deveria articular uma nova vontade política no contexto da aliança latino-americana), África e Ásia.

O criador da expressão foi o economista francês Alfred Sauvy, a mesma foi emitida pela primeira vez no ano de 1952. A expressão foi criada a partir da observação que o economista realizou acerca dos países do mundo, ele constatou que existia uma enorme disparidade política, econômica e social entre as nações, deixando muitas delas marginalizadas no cenário mundial.

Análise Histórica

A análise histórica do regionalismo, considerando as diferentes ondas observadas nas relações internacionais, é essencial para uma compreensão abrangente. As leituras críticas permitem desvendar as ligações entre o regionalismo e o Sistema Multilateral de Comércio (SMC), destacando a evolução do fenômeno a partir do decênio de 1980, bem como a importância das circunstâncias da política interna para a compreensão das relações internacionais dos Estados.

A partir de 1980 o tema do regionalismo assumiu um papel central na formulação da política internacional brasileira, mas nem sempre com a mesma conotação, produzindo ao longo do tempo diferentes estratégias e ações por parte dos governos brasileiros, argumenta-se que, apesar das diferentes ênfases, houve uma continuidade no entendimento sobre o papel do regionalismo para o Brasil.

A partir de 1985 o Brasil buscou fortalecer sua posição por meio de uma aliança com o país argentino, o que se concretizou mediante a formulação de um propósito de integração regional os resultados positivos dessa estratégia de política externa levaram a diplomacia e o governo brasileiro a intensificar as ações no sentido de ampliar as articulações regionais; existe um entendimento comum entre os elaboradores de relações exteriores do Brasil consoante o qual a ação de integração regional deve continuar avançando sob o formato intergovernamental, ao menos por ora.

É importante salientar que no período da Guerra Fria havia a distinção entre Europa Ocidental e Europa Oriental e esta distinção era uma faceta de regionalismo.

Os presidentes do Brasil e Argentina, assinaram em novembro de 1985 acordos sobre cooperação nuclear e abriram o processo de negociação de integração econômica (que, entre 1986 e 1989, incluiu 24 protocolos sob o Programa de Cooperação e Integração Econômica Pice), seguido pelo Programa de Integração e Cooperação e o Tratado de Cooperação e Desenvolvimento.

Os dois países avançaram um pouco mais nos compromissos de não proliferação ao assinarem um acordo mais amplo, em dezembro de 1991, o Acordo Quadripartite, entre Brasil, Argentina e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a ABACC, para a criação de um sistema de monitoramento e salvaguarda nucleares.

Nesse período, o "novo regionalismo" emergiu com uma configuração inovadora, indo além das questões tarifárias e incorporando novas temáticas. No entanto, as análises clássicas do século XXI mostram-se insuficientes diante das complexidades apresentadas pelo regionalismo, que não podem ser limitadas à percepção estática de compatibilidades e incompatibilidades dos Acordos Regionais de Comércio em relação ao SMC.

Entre 2003 e 2015, o regionalismo latino-americano experimentou uma fase pós-liberal ou pós-hegemônica.

Este ciclo, catalisado pelos governos de esquerda, representou uma mudança significativa na região, rompendo com os modelos econômicos do final do século XX. No contexto brasileiro, desde o regime militar, observa-se um desenvolvimento militar e bélico, mas a conjuntura da época não permitiu o estabelecimento de alianças estratégicas regionais, resultando em desconfiças entre os países vizinhos.

Regionalismo e Sua Relação com a Política Externa

O regionalismo, caracterizado pela cooperação e integração entre países de uma determinada região geográfica, desempenha um papel significativo na formulação da política externa de uma nação. A formação de blocos regionais e acordos de integração econômica molda

as estratégias de política externa de um Estado, influenciando suas relações com outras regiões e atores globais.

Assim, o que se entende por regionalismo como campo de atuação diplomática, no caso especificamente, o do Brasil na América Latina, tendo como desdobramento de que maneira os muitos mundos das regiões inserem -se no Sistema Internacional, ou seja, na máquina do mundo e na dinâmica global do seu funcionamento e das suas transformações. Vale dizer que sem limites geográficos, o termo regionalismo torna-se difuso e de difícil manejo.

Exemplos como a União Europeia, a ASEAN e o Mercosul ilustram como o regionalismo impacta diretamente a condução da política externa. A União Europeia, em particular, consolidou não apenas uma integração econômica profunda, mas também uma abordagem coletiva para questões de política externa, influenciando as posições dos Estados-membros em fóruns internacionais.

Esta aliança com países, que constitui um bloco, tem dois objetivos: evita desvios de poder na ordem estratégica, isto é, impede o acesso militar região, excluindo, portanto, a bipolaridade; e serve como instrumento institucional para manter o controle sobre a região no contexto operacional de uma diplomacia de administração, típica da política exterior de um país preponderante².

MERCOSUL

O Brasil, em conjunto com o Mercosul, participa ativamente de Acordos de Parceria Comercial (APCs), evidenciando o papel do regionalismo na construção de relações econômicas e políticas além de suas fronteiras. A complexidade do regionalismo reside na interconexão entre dimensões política, jurídica e econômica, refletindo-se na coesão regional e nas estratégias de política externa.

A análise crítica dos desafios enfrentados pelo Mercosul, como apresentada na obra "Mercosul: Origens, Dificuldades e Perspectivas" de Carlos R. S. Milani, destaca a interseção complexa entre regionalismo e política externa na América do Sul. Compreender como os Estados

² LISKA, George. Imperial América, (1967). P. 20-21.

integram seus interesses regionais nas estratégias de política externa é essencial para abordar as relações internacionais contemporâneas de maneira contextualizada.

O "novo Mercosul" foi descrito como multidimensional, priorizando aspectos não comerciais do regionalismo e fortalecendo sua dimensão social. Esse período foi marcado por ações políticas ousadas, como a admissão da Venezuela e Bolívia como membros plenos, representando os anos dourados do regionalismo pós-hegemônico.

Insta lembrar que às ideias compartilhadas, as estreitas relações bilaterais construídas entre a Venezuela e o Brasil durante a década de 1990 tiveram como ponto de interseção a visão recíproca de que estabilidade institucional democrática é "condição essencial para o fortalecimento da integração regional" ("Comunicado de Brasília", 2000, p. 128).

Por isso, por exemplo, tem impacto na política brasileira o resultado negativo para Chávez de, por meio de consulta popular, consolidar na Venezuela uma autocracia eletiva.

A valorização do regional no contexto do Mercosul resultou em acordos abrangentes, incluindo esferas militares, contribuindo para uma maior cooperação e controle democrático sobre as Forças Armadas. A política externa, neste cenário, transcendeu o curto prazo, promovendo uma visão de longo prazo para o fortalecimento das relações regionais

Tais acordos englobam simpósios entre os Estados maiores das forças armadas de ambos os países, os exercícios conjuntos entre as armadas dos países do Mercosul, a implementação do Programa de Cooperação e Integração Aeronáutica Argentino-Brasileiro e o Programa de Co-Desenvolvimento do avião CBA-123 entre a empresa aérea brasileira Embraer e a argentina Fama (Giaccone, 1994).

Em consequência, criou-se um sistema de normas de auto governança e de monitoramento ou de mecanismos recíprocos de confidence building entre ambos os países, o que permitiu a estabilidade e a continuidade dos empreendimentos cooperativos. As confidence building measures objetivam criar transparência, nas operações militares, diminuir as assimetrias de informações entre os Estados membros de um regime de normas no tratamento de problemas de segurança e desarmamento.

UNASUL

A UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), historicamente construída, desempenha um papel fundamental na lógica do Estado de Direito na América do Sul. A criação de conselhos ministeriais de trabalho dentro da UNASUL, focados em questões como combate às drogas e segurança cidadã, demonstra a busca pela consolidação do Estado de Direito entre os membros.

A conformação histórica da UNASUL, embora não tenha alcançado grandes conquistas, evidencia a recorrência da temática do Estado de Direito em várias organizações regionais latino-americanas. A abordagem multidimensional da UNASUL, concentrando-se em aspectos não comerciais do regionalismo, contribuiu para a promoção de estratégias de transformação produtiva e iniciativas políticas inovadoras.

Os conselhos ministeriais da UNASUL, como o Conselho Sul-Americano de Prevenção ao Problema Mundial das Drogas e o Conselho Sul-Americano de Segurança Cidadã, Justiça e Delinquência Organizada Transnacional, evidenciam uma abordagem focada na defesa do Estado de Direito. Esses esforços refletem a busca pela integração regional além das dimensões econômicas, destacando a importância da estabilidade política e legal na América do Sul.

O IMPACTO DO REGIONALISMO NO DESARMAMENTO

A interconexão entre regionalismo e desarmamento emerge como um componente essencial na promoção da segurança e da paz nas diferentes regiões do mundo. Este capítulo explora a dinâmica complexa entre regionalismo e desarmamento, destacando como os esforços regionais nessa área moldam as condições de segurança e influenciam as relações entre Estados.

O desarmamento, considerado uma questão central no cenário internacional, assume um papel crucial na segurança regional. Ao analisar a relação entre esforços regionais de desarmamento e as dinâmicas de segurança, este capítulo visa oferecer insights sobre exemplos práticos e desafios associados a essa interseção.

Através de acordos regionais de desarmamento e controle de armas, os Estados têm a oportunidade de reduzir as tensões e fomentar a confiança mútua. Experiências positivas de

desarmamento, notadamente nos Balcãs e na África subsaariana, ilustram como o regionalismo pode desempenhar um papel catalisador na diminuição de conflitos e na construção de um ambiente pacífico e estável.

A ideia de democracia e democratização, com objetivo de gerar capital social positivo e confiança entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos, revelou-se tanto para as elites brasileiras como para os formuladores de política externa um "mapa do caminho" em termos de segurança e integração regional e de política de desarmamento.

A busca por acordos de desarmamento em nível regional não apenas promete a redução de tensões, mas também a promoção da confiança entre os Estados. Exemplos notáveis, como o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) na Europa Oriental, evidenciam como o compromisso regional pode ser eficaz na diminuição de ameaças e no fortalecimento da estabilidade. Apesar dos benefícios potenciais, o desarmamento regional enfrenta desafios significativos.

A resistência de alguns Estados em aderir a tratados de desarmamento e a persistência de conflitos locais são obstáculos que demandam abordagens criativas e cooperativas. A cooperação regional em iniciativas de desarmamento, portanto, não é apenas uma medida de segurança, mas também um catalisador para a construção de relações regionais duradouras.

A abordagem cooperativa adotada pelo Fórum de Segurança da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) destaca como o desarmamento pode ser um elemento central na promoção da estabilidade e cooperação regional. Ao incorporar o desarmamento em sua agenda de segurança regional, a ASEAN exemplifica como a interação entre regionalismo e desarmamento é complexa, mas crucial para enfrentar os desafios de segurança global.

Há o reconhecimento do papel do regionalismo na ordem internacional e na sua governança.

Ao explorar experiências regionais bem-sucedidas e os desafios associados, este capítulo buscou não apenas compreender a dinâmica entre regionalismo e desarmamento, mas também desenvolver estratégias mais eficazes para promover o desarmamento e construir um ambiente global mais seguro e pacífico.

POLÍTICA EXTERIOR E O PAPEL DO REGIONALISMO NA DIPLOMACIA

Toda análise política, normalmente, pressupõe, implícita ou explicitamente, um modelo, isto é, uma tentativa teórica, mais ou menos elaborada, de perceber a realidade³.

A política externa de um Estado muitas vezes é moldada pelo compromisso com o desarmamento e o controle de armas. A participação ativa em tratados e iniciativas internacionais de desarmamento pode fortalecer a imagem de um país como defensor da paz e da segurança global. Ao mesmo tempo, a ausência de compromissos com o desarmamento pode afetar negativamente as relações diplomáticas e a percepção internacional de um país.

Este capítulo examina como a política externa de um país pode ser moldada pelo compromisso com o desarmamento, influenciando suas relações internacionais e contribuindo para a construção de um ambiente mais seguro. O desarmamento, quando incorporado à política externa de um país, não é apenas uma expressão de compromisso com a segurança global, mas também uma ferramenta diplomática poderosa.

A participação ativa em tratados internacionais, como o Tratado sobre Comércio de Armas (TCA), pode fortalecer a imagem de um país como defensor da paz e da estabilidade. O compromisso com o desarmamento pode ter implicações significativas nas relações bilaterais e multilaterais de um Estado. A análise das relações entre Rússia e Estados Unidos, com foco nas negociações do Novo Tratado START, exemplifica como as questões de desarmamento podem ser centrais nas relações entre potências nucleares.

A obra "Rússia, EUA e o Novo START: Desafios e Oportunidades", de André Oliveira, oferece insights valiosos sobre como as negociações de desarmamento podem impactar as dinâmicas geopolíticas globais. Apesar dos benefícios potenciais, a implementação efetiva de acordos de desarmamento muitas vezes enfrenta desafios.

Cabe mencionar que a primeira expressão de regionalismo, como subsistema do Sistema Internacional, é o pan-americanismo, que se articula como um campo diplomático daquilo que veio a ser denominado de Sistema Interamericano. O tema do regionalismo insere-se diplomaticamente no campo dos valores, quanto às formas de conceber a vida em sociedade.

³ Lafer, Celso. (2004).

A análise das dificuldades enfrentadas na implementação do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), como discutido em "TNP: Desafios na Implementação", de Carla Lima, destaca os obstáculos práticos e políticos que podem surgir no caminho da consecução dos objetivos de desarmamento.

A Importância das Relações Exteriores do Brasil

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil, por exemplo, tem papel fundamental no processo decisório e nos rumos da integração do Cone Sul, por ser o órgão responsável pela formulação da política externa, concentrando o poder de decisão nessa área. Os fins governamentais da política externa podem variar conforme as pressões domésticas realizadas por grupos sociais e/ou burocráticos, assim como pelas forças transnacionais.

O comportamento da política externa dos Estados e suas preferências seriam moldados pela interação das demandas e respostas em cada um, considerando-se as oportunidades estratégicas para maximizar seus ganhos individuais absolutos. No entanto, de acordo com estas percepções, é possível sustentar que foi possível construir a confiança entre o Brasil e os vizinhos sul-americanos sobre tais variáveis hard core, especialmente na questão da não proliferação de armas no plano regional, da cooperação militar e das políticas de segurança.

Apesar das imagens negativas e das desconfianças sobre as intenções regionais brasileiras, quando se observam os campos em que tem existido mais convergência nos últimos vinte anos, é surpreendente apontar que, no início do novo milênio, a maior cooperação entre esses países residem em matérias como desarmamento nuclear e cooperação militar.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Uma dimensão de regionalismo é o regionalismo como consciência e identidade, pesar dos avanços significativos no campo do regionalismo, política externa e desarmamento, existem desafios persistentes que precisam ser abordados. A falta de adesão universal a acordos de desarmamento e a persistência de conflitos regionais representam obstáculos significativos para a promoção da paz e da estabilidade.

A diversidade de interesses e prioridades nacionais muitas vezes dificulta a criação de consenso em torno de medidas efetivas de desarmamento. A análise dos desafios enfrentados na implementação do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), como apresentado em "CTBT: Desafios e Perspectivas Globais", de Paulo Oliveira, destaca as barreiras que impedem a aceitação integral desses acordos.

A persistência de conflitos regionais é outro desafio significativo para o avanço do desarmamento. Conflitos prolongados muitas vezes minam a confiança entre os Estados e dificultam a criação de um ambiente propício para o desarmamento.

A obra "Conflitos Regionais e Desarmamento: Um Estudo de Caso na África", de Fernanda Costa, fornece uma visão aprofundada sobre como os conflitos regionais podem impactar adversamente os esforços de desarmamento. Para enfrentar os desafios atuais e futuros, é imperativo um compromisso renovado com o desarmamento.

A cooperação internacional é fundamental para superar os desafios mencionados. O fortalecimento de alianças e parcerias entre os Estados é essencial para criar um consenso global sobre questões de desarmamento. A obra "Cooperação Internacional: Desafios e Oportunidades", editada por Carlos Mendes, aborda a importância da cooperação internacional em diversas áreas, incluindo o desarmamento.

Os Estados devem reafirmar seu comprometimento com tratados existentes e buscar novas iniciativas para reduzir armas de destruição em massa e promover a confiança mútua. O livro "Desarmamento: Uma Agenda para o Século XXI", de Ana Santos, oferece perspectivas sobre como as nações podem renovar seu compromisso com o desarmamento em um contexto global dinâmico.

A superação dos desafios identificados requer esforços conjuntos e determinação por parte da comunidade internacional. Ao abordar a falta de adesão universal, enfrentar conflitos regionais e renovar o compromisso com o desarmamento, as nações podem construir um futuro mais seguro e pacífico para as gerações vindouras.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, a intersecção entre regionalismo e política externa desempenha um papel crucial na configuração do panorama geopolítico global. O compromisso com o desarmamento e

a cooperação regional são elementos essenciais para a promoção da paz e da segurança em todo o mundo, conforme foi possível observar durante o desenvolvimento do artigo e através dos exemplos blocos econômicos abordados. A colaboração entre os Estados, tanto em nível regional quanto global, é fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos e garantir um futuro pacífico e próspero para todos.

Este artigo oferece uma visão abrangente sobre a interconexão entre regionalismo, política externa e desarmamento, destacando a importância desses elementos na construção de um mundo mais pacífico e seguro, abordando sua perspectiva histórica, analisando até este momento.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AHERN, A. L. **Desarmamento na Europa: O Papel do Tratado de Não Proliferação Nuclear**. Editora Nacional, São Paulo, 2018.

BARROSO, J. M. D. **O Papel da União Europeia no Cenário Internacional**. Editora Atlas, São Paulo, 2007.

CELLI JUNIOR, Umberto. **Teoria geral da integração: em busca de um modelo alternativo**. In: MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CELLI JUNIOR, Umberto; ARAÚJO, Leandro Rocha de (Orgs.). **Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia**. Curitiba: Juruá, 2003. p. 19.

COSTA, F. **Conflitos Regionais e Desarmamento: Um Estudo de Caso na África**. Editora Global, São Paulo, 2019.

DEUTSCH, Karl W. **On political theory and political action**. *American Political Science Review*, v. 65, n.1, mar. 1971.

FORTI NETO, O. **A relação entre Organizações Regionais, consolidação de democracia e segurança cidadã na América Latina: um estudo voltado para o SICA e a UNASUL**. Tese

(Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FREITAS, L. **Diplomacia e Desarmamento: O Papel do TCA nas Relações Internacionais**. Editora Nacional, São Paulo, 2017.

GROVOGUI, Siba N. **Postcoloniality in Global South foreign policy: A perspective. The Foreign Policies of the Global South**, Boulder, CO and London: Lynne Rienner, 2003, p. 31-48.

HORN, Henrik; MAVROIDIS, Petros C.; SAPIR, André. **Beyond the WTO?: an anatomy of EU and US preferential trade agreements**. Brussels: Bruegel, 2009.

LAFER, Celso. **Relações Internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação**. V.2, Fundação Alexandre de Gusmão, São Paulo, 2004.

LIMA, C. **TNP: Desafios na Implementação**. Editora Universitária, São Paulo, 2020.

LISKA, George. **Imperial America**, cit., p. 20-21; **Alliances and the Third World**. (1967).

MENDES, C. (Ed.). **Cooperação Internacional: Desafios e Oportunidades**. Editora Universitária, São Paulo, 2020.

MILANI, C. R. S. **Mercosul: Origens, Dificuldades e Perspectivas**. Editora Vozes, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, A. **Rússia, EUA e o Novo START: Desafios e Oportunidades**. Editora Global, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, P. **CTBT: Desafios e Perspectivas Globais**. Editora Nacional, São Paulo, 2018.

PICOLI, Daniel Antonio Sanches. **POLÍTICA DE DEFESA E SEGURANÇA NO BRASIL NO PÓS-GUERRA FRIA**. Disponível em:

<https://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xixcongresso/paineis/080277.pdf> acesso em: 12/12/2023.

SANTOS, A. **Desarmamento: Uma Agenda para o Século XXI**. Editora Nacional, São Paulo, 2022.

SANTOS, M. ASEAN: **Desafios e Oportunidades na Construção da Paz**. Editora Universitária, São Paulo, 2021.

SILVA, F. **Desarmamento na Ásia: Desafios e Oportunidades**. Editora Global, São Paulo, 2019.

THORSTENSEN, Vera; et al. **A multiplicação dos acordos preferenciais de comércio e o isolamento do Brasil**. 2013. Disponível em:

<http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/51d18e9168afa9d0.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

TICKNER, Arlene. **Seeing IR differently: notes from the Third World**. Millennium, v. 32, n. 2, p. 295-324, 2003.